O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS
A TRIBUNA
Visite www.atribuna.com | e-mail-jornalatribunac@gmail.com
R$ 2,50 | Rio Branco, sexta-feira, 3 de setembro de 2021 | Ano XXII - Número 7.258

Prefeito afasta secretário Frank Lima e mais uma assessora

EDITORIAL

A crise, o leilão e a cabeça dura

O Amapá concluiu ontem, sob os auspícios do BNDES, o leilão da concessão da operação do sistema de abastecimento de água e esgoto de todos os 16 municípios, inclusive a capital Macapá. O consórcio vencedor arrematou o lote por R$ 930 milhões!

Curiosamente, Rio Branco foi a única Capital que não aderiu à pauta do marco regulatório de privatização do serviço, perdendo o prazo dado pelo BNDES, porque o prefeito Bocalom garantiu que assumiria o ônus e tocaria o serviço por conta própria, pelo município.

Só que não deu conta, viu o pepino e já empurra com a barriga para o ano que vem, sem ter dinheiro sequer para comprar bombas para as estações de tratamento.

Se no Amapá, com população menor que o Acre, o leilão rendeu quase R$ 1 bilhão, quanto renderia no Acre? Com a vantagem, de aliviar a administração pública. A estreiteza da mente do prefeito não consegue enxergar isso. Para um gestor cujo horizonte ainda é o de sua pequena Acrelândia, é difícil imaginar possibilidades assim fora de suas utopias desvairadas.

Ainda é tempo de se pôr a discussão nos eixos. O sistema de abastecimento do Acre é inadministrável sem investimentos pesados que nem o Estado e muito menos a prefeitura têm condições de fazer. No meio da crise hídrica, essa é uma discussão que exige uma definição já.

Secretário foi afastado por sessenta dias por Bocalom

Secretário de Saúde é acusado de assédio sexual e teria intimidado testemunhas e pressionado servidores na investigação aberta no Ministério público. Decreto tem prazo de 60 dias, mas pode se tornar definitivo de acordo com os andamentos do inquérito. **Página 8**

Mutirão de cirurgias em municípios
Página 5

Gladson destaca lutas e conquistas do MP do Acre

No 1º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores do Ministério Público da Região Norte, governador Gladson Cameli lembra união no combate à Covid-19 e comemora criação da Ouvidoria das Mulheres, novo canal para receber denúncias de violência doméstica e familiar. O trabalho árduo, incessante e irmanado com o governo dos procuradores, promotores e servidores de apoio do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), ao longo da pandemia de Covid-19, foi lembrado como fundamental pelo governador Gladson Cameli no evento. **Página 4**

Mulher é condenada a 25 anos

O Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar da Comarca de Rio Branco condenou uma mulher a uma pena de 25 anos de reclusão em regime inicialmente fechado pelo crime de homicídio qualificado (motivo torpe e dissimulação). A sentença foi emitida pelo juiz de Direito Alesson Braz. **Página 5**

MPFC processa trio por racismo

O MPF ajuizou ação civil pública contra os apresentadores do podcast "Trio Submundo", com pedido para que a Justiça Federal condene o trio à reparação por danos morais coletivos em razão de discurso de ódio e racismo recreativo praticado contra a população indígena através do programa apresentado pelos acusados. **Página 3**

Governador enalteceu trabalho do MPE no combate à pandemia da Covid-19

Aulas retomam para displinas práticas e estágios

Ufac retoma aulas presenciais para disciplinas práticas em outubro

A pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Acre e Estágio Curricular Supervisionado pretende retomar as aulas presenciais no dia 20 de outubro deste ano, de alguns cursos das aulas de disciplinas práticas e do estágio supervisionado. A recomendação que os campus de Rio Branco e Cruzeiro do Sul possam adotar o ensino das aulas híbridas. **Página 8**

Entidades de caminhoneiros repudiam ato

A categoria de caminhoneiros está dividida em relação à adesão aos protestos bolsonaristas de 7 de Setembro. Diante da postura de lideranças: motoristas que protestarem irão de forma independente. **Página 6**

Artigo

Liberdade de imprensa

Os que se insurgem contra a informação veiculada amesquinham a democracia

*Michel Temer

Sempre foi criticada. E sempre se tentou impedi-la. Mas ela é fundamental. Não se trata de protegê-la em função do jornalista ou do empresário de comunicação. É que a liberdade de imprensa é conteúdo de um continente maior chamado liberdade de informação. Esta é que é preservada quando se alardeia a necessidade da imprensa livre.

Numa democracia, tudo deve ser informado. A informação há de ser completa. Esta afirmação é que autoriza o chamado direito de resposta previsto na Constituição Federal. O que é, a resposta, se não completar a informação? Ou seja: se há uma notícia que não é verdadeira ou inteira, o atingido por ela pode pleiteá-la. Precisamente para completar a informação. Aliás, tanto se a pregou que os noticiosos, de tempos para cá, sempre procuram indicar o que diz "o outro lado". Tudo em homenagem à ideia de que o povo tudo deve saber.

Indaga-se: afinal, não há, muitas vezes, exagero ou inverdade na notícia? Certamente há. Mas o sistema normativo prevê, de fora parte o direito de resposta, também ações penais por injúria, difamação ou calúnia, além de ações cíveis de indenização por dano material, moral ou à imagem. Os que se insurgem contra a informação veiculada pela imprensa amesquinham a democracia. Se o governo, nas democracias, é para o povo e pelo povo, não há como sonegar-lhe fatos que devem ser levados a seu conhecimento.

Notem que esse direito é pleno nos sistemas democráticos e controlados ou impedidos nos sistemas autoritários. Recorde-se período recente da história brasileira em que os jornais traziam receitas de bolo ou letras musicais em razão da censura que se impunha aos meios de comunicação.

No nosso sistema esse direito é marcado pela plenitude. São muitos os dispositivos constitucionais que a garantem. É assim quando se diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX).

Veja-se o conteúdo radicalmente impositivo do artigo 220 e seus parágrafos 1º e 2º. O seu parágrafo 1º, confirmando nossas palavras, alude à liberdade de informação e nela inclui a jornalística em qualquer veículo de comunicação social, revelando que a informação é o continente do qual faz parte a liberdade jornalística. E na cabeça do artigo estabelece várias vezes que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação (mais uma vez, continente) sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição observado, naturalmente, o disposto na Constituição. É reitera, no seu parágrafo 2º, que é vedada qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. É tão significativa essa afirmação constitucional que somente na excepcionalidade do estado de sítio é que se pode restringir a prestação de informações e a liberdade de imprensa (art. 139, III). É mesmo assim não se incluem nessas restrições a divulgação de pronunciamentos de parlamentares desde que liberada pela respectiva Mesa (art. 139, paragrafo único).

Todos esses rápidos argumentos são trazidos à luz para recordar o texto constitucional, muitas e muitas vezes ignorado. É assim que se vive no Estado de Direito: as objeções podem ser contestadas, mas por meio dos instrumentos constantes do sistema normativo vigente no país.

*Michel Temer é Advogado, político (MDB-SP) e ex-presidente da República (2016-18)

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira
REDAÇÃO: Cezar Negreiros e
FOTOGRAFIA
REVISÃO

Assinatura Semestral: R$ 350,00 | Assinatura Anual: R$ 700,00

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO
Valores por cm/col em reais

ESPAÇOS	Terça-sábado	Domingo
Primeira Página	183,69	214,02
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	28,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,90	62,70
Encarte – milheiro – até 8 lâminas	150,00	150,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.600,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 6cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 8cm	2.495,52	3.009,60

Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos
ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00

* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

BomDia

Leilão
O Amapá, seguindo orientações do BNDES e do Marco Regulatório do saneamento, realizou ontem o leilão da operação de seu sistema de água e esgoto. Com seis concorrentes, o certame foi vencido pelo consórcio liderado pela empresa Equatorial, ao preço de R$ 930 milhões por 25 anos de concessão. R$ 930 milhões!

Operação
Com cláusulas rígidas de desempenho e metas, o consócio vai ficar responsável pelo abastecimento dos 17 municípios do Estado, inclusive a Capital. Um sistema que não será reproduzido no Acre por pirraça do prefeito Tião Bocalom, que prometeu que a prefeitura assumiria a obrigação em Rio Branco e agora vê que não terá condições para sustentar essa bravata.

Inadministrável
Na verdade, nem Estado, nem município têm condições de realizar os investimentos necessários para a rede de água e esgoto em Rio Branco e nos demais 21 municípios. A situação é caótica, o faturamento com o que é fornecido é irrelevante, o desperdício absurdo, a inadimplência imensurável e a capacidade de solução a cada dia menor. O prefeito, que foi avisado que esse mote de campanha já tinha derrubado administração passada na Capital fez ouvidos moucos e agora está encurralado.

Única
Rio Branco é a única Capital que não aderiu ao Marco Regulatório, perdeu o prazo pela teimosia do prefeito em se agarrar a conceitos ultrapassados. Ainda dá tempo de pedir uma revisão, de tentar novo acordo. A questão não é se privatizar ou conceder é bom ou ruim. É a opção para evitar o caos absoluto. O colapso se aproxima.

Controle
O que é preciso é garantir - e isso pode ser feito no edital - tarifas compatíveis com a renda da população. Ninguém no Acre tem costume de pagar conta de água. Essa situação também terá que mudar. Nada extorsivo, apenas justo.

Paraíso
Aliás, o prefeito Bocalom anda precisando tomar uma lição de realidade. Ontem ganhou destaque nas redes uma publicação em que ele promete a instalação em Rio Branco do paraíso na terra, com saneamento, transporte, moradia, limpeza de primeiro mundo. Engraçado, ele, que tanto combateu o governo de Tião Viana que prometia uma saúde de primeiro mundo, agora visualiza uma cidade ideal, um Xangri-Lá, enquanto a Capital se afunda em buracos, poeira, descaso.

Afastamento
Finalmente o prefeito aceitou afastar o secretário de Saúde Frank Lima, que havia pedido as condições para continuar no cargo. Mesmo assim, Bocalom fez uma última afronta aos que pedem Justiça contra os supostos abusos. Afastou o secretário com ônus para a prefeitura, por 60 dias, período em que ele continuará recebendo o salário. Como se fossem umas férias muito bem remuneradas e um prêmio pelas denúncias feitas contra ele de assédio sexual. Isso é deprimente.

Quem deve assumir
O secretário afastado, Frank Lima lançou bravatas de que indicaria o sucessor e manteria toda a equipe da saúde municipal. Mas pode não ser bem assim. O consenso na classe política e entre os vereadores que levaram Bocalom da cassação é que o cargo seja entregue ao vereador Raimundo Castro (PSDB).

Curriculum
Raimundo Castro tem todas as qualificações para assumir e selar a paz entre a prefeitura e a Câmara. É graduado em Medicina, pós-graduado em Geriatria, Saúde Pública, Urgência e Emergência, Servidor Público da Junta Médica do Município e Médico do Hospital de Urgência e Emergência – Huerb (Pronto Socorro), onde exerceu os cargos de Diretor Técnico, Diretor Clínico e Diretor Assistencial. Tem experiência profissional respeitada, experiência política e respeito da categoria médica.

Representatividade
Ao contrario da arrogância de Frank Lima, Raimundo Castro é conhecido pela competência e humildade, além do forte espírito cristão. Começou a vida como engraxate, lutou muito até se formar médico e se pós-graduar. Conhece bem as necessidades da população mais pobre.

Ônibus
Chegou à Câmara Municipal projeto de lei da prefeitura que oferece subsídio de R$ 250 mil mensais, com adiantamento de oito meses para as empresas de ônibus reduzirem em R$ 0,50 o preço das passagens. O projeto é polêmico e a boa vontade dos vereadores estará em relação direta ao atendimento dos acordos firmados com o prefeito na crise do impeachment.

Meia passagem
O próximo passo será a volta da insistência da prefeitura em acabar com a meia passagem estudantil para a rede estadual e para a universidade. Isso vai dar problemas sérios.

Emendas
A secretária Socorro Neri recebeu ontem em seu gabinete na SEE, a senadora Mailza Gomes, para tratar sobre emendas já alocadas por ela para a Educação do Acre e para apresentar outras propostas de projetos para o orçamento de 2022. Entre as emendas da senadora que já estão em execução, destacam-se a construção de escolas na comunidade rural Baixa Verde, em Senador Guiomard, e na comunidade Pentecostes, em Mâncio Lima. Também vai acontecer a revitalização do Instituto Santa Juliana, em Sena Madureira, e aquisição de dois ônibus para atender pessoas com deficiência, que serão destinados para os municípios de Acrelândia e Plácido de Castro. E recursos para a aquisição de instrumentos musicais, no valor de R$ 200 mil, além de R$ 300 mil para a realização da Copa Cristã.

Propostas
A secretária apresentou à senadora três propostas para o orçamento do próximo ano, um, deles absolutamente prioritário, o da digitalização da TV Aldeia, que seria incorporada como emissora eminentemente educativa que é em sua origem, além da montagem de laboratórios na Escola CERB, em Rio Branco, e a ampliação e reforma da Escola Jean Pierre Migans, em Acrelândia.

Parabéns
É o subsecretário Moisés Diniz cumprimentou o governo pela aprovação do projeto dos computadores para professores e a decisão da atualizar o PCCR da Educação.

Convocação
O vice-governador Major Rocha entrou de corpo e alma na organização dos atos do dia 07 de setembro em favor do presidente e está convocando a população e seus apoiadores. Haverá manifestações contra e a favor no mesmo dia, mas os organizadores de ambos os atos querem manter a calma e evitar conflitos.

Feriado
Para esfriar os ânimos o governador decretou ponto facultativo na segunda e esticou o feriado até quarta-feira. Exceto, claro, para os serviços essenciais.

Recuperado
Quem está recuperado e de volta às suas funções é o conselheiro Cristóvão Messias, que passou por tratamento de diverticulite. Bem humorado, considerou que teve o mesmo problema que o presidente Bolsonaro, mais um ponto em comum de ambos, que são igualmente Messias. O bom humor é a prova da completa recuperação.

Será
Postagem enigmática do ex-senador Jorge Viana, em um #tbt nas suas redes sociais levantou a suposição de que estaria propenso a se candidatar de novo a governador. Pelo menos foi assim que grande parte da militância entendeu a publicação. Será?

RBTRANS encaminha proposta de redução do preço da passagem de ônibus

Cezar Negreiros

Nenem exige explicações de empresa

Finalmente, a Casa Civil encaminhou o projeto que pede autorização da Câmara Municipal de Rio Branco para antecipar um crédito de oito meses no valor de R$2,4 milhões de subsídio dos passageiros que pagam a passagem inteira de R$ 4,00 do transporte coletivo, mas em contrapartida as empresas concessionárias reduzirão o preço da passagem de R$ 4,00 para R$ 3,50. A minuta do documento da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (RBTRANS) pretende injetar um crédito de oito meses para subsídio dos usuários que pagam passagem, as empresas que contam com 66 ônibus circulando nos bairros da capital promete subir para 80 veículos e com a retomada do ano letivo chegar com 100 ônibus em circulação.

"Com o atual modelo em vigor pagamos 280 mil por mês de subsídio dos idosos, portadores de comorbidades e estudantes, com as mudanças propostas desembolsaremos apenas R$80 mil", declarou Anízio Cláudio de Oliveira Alcântara, superintendente do RBTRANS.

Destacou que trabalhadores que pegam o transporte coletivo diariamente desembolsam a quantia de 50 centavos na passagem para arcar com a gratuidade de chega em torno dos 22% das pessoas que usam o transporte coletivo. O subsídio dos alunos secundaristas e universitários corresponde por uma despesa mensal de R$ 600 mil. Desde a chegada da segunda onda da pandemia as empresas de transporte coletivo têm registrado uma média de 15 mil passageiros pagante por mês, há três anos antes da chegada dos motoristas de aplicativos e taxi/compartilhado o setor chegava transportar 85 mil passageiros, segundo as planilhas do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do Estado do Acre (Sindcol).

"Sendo aprovada na Câmara Municipal a prefeitura convocará o Conselho Tarifário para tratar da redução da passagem na nossa cidade", declarou.

A mudança da base de cálculos permitirá que a prefeitura da capital arque com o subsídio de oito meses, como medida de assegurar a gratuidade dos idosos, portadores de comorbidades e estudantes da rede municipal, cabendo ao governo do Estado arcar com o subsídio dos alunos matriculados na rede estadual e a Reitoria da Universidade Federal do Acre (Ufac) dos universitários matriculados na universidade pública. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) tem pedido a liberação de um aporte de R$ 5 bilhões do governo federal, para arcar com o custo do subsídio da gratuidade dos idosos no transporte coletivo. A proposta prevê a criação de um Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) que permita o subsídio da gratuidade dos idosos com mais de 65 anos idade.

Tribunal nega recurso e mantém condenação do ex-prefeito André Hassem

Cezar Negreiros

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) negou provimento ao recurso do ex-prefeito de Epitaciolândia, André Hassem, correspondente a reprovação da prestação de contas (no exercício de 2013). O relator do caso, conselheiros Antonio Jorge Malheiros manteve a condenação de devolução da quantia de R$ 361.227,70, mais o pagamento de uma multa no valor de R$34 mil.

A decisão de punição do ex-gestor municipal do Vale do Alto Acre foi acompanhado pelos demais conselheiros presente a sessão de ontem do Tribunal. O procurador do Ministério Público Especial, João Izidro de Melo Neto sugeriu que o recurso fosse negado, caso fosse acatado a aprovação com ressalva das contas, como defendia a defesa do ex-prefeito de Epitaciolândia. A defesa deve aguardar a publicação do Acórdão, para contestar o veredicto.

Hassem foi condenado no ano passado a devolver o montante de R$231 mil em decorrência de irregularidade cometidas no exercício de 2016.

Em seguida, a relatora do processo n º 131.138/2018, conselheira Dulcinéa Benicio de Araújo considerou irregular os pagamentos efetuados pelo ex-prefeito de Epitaciolândia sem licitação pública para contratação dos serviços prestados.

A conselheira Naluh Gouveia já tinha negado provimento ao recurso de reconsideração do ex-prefeito de Epitaciolândia, André Hassem que discordava de uma condenação anterior por problema na prestação de contas de aquisição de combustível. Apesar das constantes contestações do ex-gestor municipal, os relatores têm negado provimento aos pleitos de arquivamentos das prestações de contas refutadas pelo TCE-AC.

MPF processa "Trio Submundo" por discurso racista em podcast

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra os apresentadores do podcast "Trio Submundo", com pedido para que a Justiça Federal no Acre condene o trio à reparação por danos morais coletivos em razão de discurso de ódio e racismo recreativo praticado contra a população indígena através do programa apresentado pelos acusados.

Segundo o procurador da República Lucas Costa Almeida Dias, os comentários racistas foram veiculados no dia 04/06/2021 e publicados nas redes sociais. Após a divulgação do vídeo do podcast, rapidamente os fatos foram noticiados na imprensa local em razão dos comentários racistas e homofóbicos detectados por espectadores, circunstância que motivou os apresentadores - poucas horas após a publicação - a retirarem o vídeo da internet, com posterior cancelamento do programa, face a repercussão negativa na sociedade acreana.

Segundo os réus, a proposta do programa consistia em comentar, de forma humorística, matérias publicadas na imprensa local, e a primeira matéria comentada pelo trio foi intitulada "Indígena é resgatado após se perder na mata".

Para o MPF, é nítido no vídeo o desprezo dos réus aos povos indígenas, especialmente quando selecionam e incluem, previamente, em roteiro de programa humorístico a matéria intitulada "Indígena é resgatado após se perder na mata". Isso porque os apresentadores partem do pressuposto racista de que existem espaços sociais reservados/restritos aos indígenas ("floresta, mata, selva") e o teor estigmatizante da "piada".

A ação destaca o teor das falas dos apresentadores, que se referiam ao indígena como "vagabundo" e "Nutella", além de tecer, de forma jocosa, comentários homofóbicos no mesmo contexto e outros comentários que visavam ofender o personagem da matéria na matriz de sua identidade, desconsiderando sua origem em razão das vestimentas que apresentava no momento.

Diante dos fatos, e da negativa dos réus em acordo extrajudicial visando reparar suas atitudes, o MPF pede que a JF condene os réus ao pagamento solidário de danos morais coletivos no valor de R$ 100 mil, quantia a ser revertida em projetos educativos e informativos sobre a cultura indígena no Estado do Acre, elaborados com a participação direta dos povos indígenas e do MPF.

Além disso, pede-se a condenação dos réus à retratação pública, mediante vídeo a ser publicado em suas redes sociais particulares, com reconhecimento expresso da ilicitude das falas, em duração não inferior ao tempo em que proferiram as falas agressivas (1min16s), com o teor do discurso antecipadamente aprovado pelo Juízo.

O processo tramita na 2ª Vara Federal em Rio Branco, com o número 1006735-53.2021.4.01.3000

Vice-governador convoca população para ato pró-Bolsonaro

Cezar Negreiros

O major Rocha usou as redes sociais para convidar a população acreana de participar do manifesto pró-Bolsonaro no Dia 7 de Setembro. Não poupou críticas as decisões da Suprema Corte de combater as milícias digitais de propagar fake news, prender 'bolsonaristas' que pregavam a invasão do Congresso Nacional e a destituição dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de emitir decisões em favor do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Criticou o ativismo da imprensa contra o governo Bolsonaro e a mobilização da esquerda para emplacar a candidatura do petista na disputa presidencial do próximo ano. "É importante observamos os rumos que nosso país está tomando, em muito dos casos, em virtude das decisões político/jurídicas da Suprema Corte do Brasil", declarou o vice-governador em sua página pessoal Facebook.

O militar destaca que nos últimos anos, tem presenciado a Carta Magna ser rasgada por quem deveria preserva-la para atender motivações mais políticas que jurídicas. Declara que é perceptível que Bolsonaro incomoda o STF, o pessoal da esquerda e grande parte da mídia tradicional, que busca submeter a sociedade a assistir a absurdos "legais" a fim de colocar um ex-condenado da justiça para disputar uma eleição, porque não encontraram ninguém melhor para enfrentar o atual presidente do Brasil.

Em seguida, exorta os internautas a se manifestar por um Brasil melhor, por um estado melhor e pelo respeito às leis, pelo direito de se manifestar. "Se estamos em "berço esplêndido" é hora de mostrar que "um filho teu não foge à luta", encerra a sua convocatória, com um trecho do hino nacional.

Impeachment - Os movimentos sociais, ativistas de direitos humanos e servidores públicos preparam outro manifesto que pede o impeachment do presidente da República, Jair Bolsonaro. O Grito dos Excluídos desse ano traz como lema o seguinte tema: "Vida em primeiro lugar". A concentração está prevista para o período da tarde em frente da Gameleira, no Segundo Distrito.

Os manifestantes trazem como bandeiras de luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda. Além de protestarem contra as privatizações da Eletrobrás, Correios e famigerada PEC 32 da Reforma Administrativa. "A ideia da organização é concentrar na Gameleira e sair em passeata até as escadarias do Palácio Rio Branco", declarou ativista, Cezário Braga.

Destacou que passeata pacífica contarão com a participação dos representantes da Central Única dos Trabalhadores no Acre (CUT/Acre), dirigentes do Sindicato dos Correios, dos Urbanitários, dos Bancários, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC), Associação dos Servidores do Meio Ambiente (ASCEMA), Sindicato dos Servidores Federais (Sindecaf) SINASEFE, Unidade Classista, Movimento Negro Unificado, UJC, UJS, JPT, MUP, PCO, PCB, PT, PSOL. "A organização geral do ato solicitará a presença das Forças de Segurança para garantir a integridade física dos manifestantes", declarou o dirigente petista.

Governador reconheceu trabalho do MPAC durante Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça

Gladson destaca atuação do MP no combate à pandemida Covid-19

No 1º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores do Ministério Público da Região Norte, governador Gladson Cameli lembra união no combate à Covid-19 e comemora criação da Ouvidoria das Mulheres, novo canal para receber denúncias de violência doméstica e familiar

O trabalho árduo, incessante e irmanado com o governo dos procuradores, promotores e servidores de apoio do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), ao longo da pandemia de Covid-19, foi lembrado como fundamental pelo governador Gladson Cameli, durante a abertura do 1º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores do Ministério Público da Região Norte, nesta quarta-feira, 1º, em Rio Branco.

O evento reúne ao menos 32 procuradores, corregedores e promotores de Justiça de todo o país e foi aberto no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, na noite desta quarta.

"Faço questão de fazer um agradecimento especial pelo imenso apoio, pela parceria e pelo respeito do Ministério Público do Estado do Acre durante a gestão do nosso governo no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Até hoje, quarta-feira, 1º de setembro de 2021, o Acre soma 1.814 mortes pelo novo coronavírus. E os últimos 18 meses foram marcados pela angústia, tristeza, dúvidas, e principalmente pela dor de milhares de famílias acreanas. Mas também é preciso celebrar a vida das 85.358 pessoas que obtiveram alta médica nesse período", afirmou Gladson Cameli.

Na plateia e na composição da mesa de honra, estavam integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do MP (CNMP), membros do Poder Judiciário, da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, da bancada acreana no Congresso e do Executivo municipal.

Cameli lembrou da situação de extrema dificuldade, mencionando a importância do MPAC nesse período. "Trago à memória de todos os presentes o papel fundamental, humano, justo e solidário do Ministério Público do Acre em meio a esse verdadeiro cenário de guerra [contra o coronavírus]", completou.

O 1º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores do Ministério Público da Região Norte se estende por toda esta quinta-feira, 2, e reúne chefes e corregedores do MP, membros do CNMP e da bancada de parlamentares federais do Acre, para debater questões sobre o feminicídio no estado.

Ainda no evento da noite, a procuradora-geral de Justiça do Acre, Kátia Rejane de Araújo, instalou a Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Estado do Acre, um canal especializado para receber denúncias de violência doméstica e familiar, que já tinha sido criada pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público, no âmbito de todo o território brasileiro.

Além disso, houve o lançamento do livro Feminicídios no Acre: uma Realidade a ser Enfrentada. Trata-se de um diagnóstico produzido pelo Centro de Atendimento à Vítima, pelo Núcleo de Apoio Técnico e pela Diretoria de Comunicação do MPAC.

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público Militar, Antônio Pereira Duarte, também foi homenageado com a Medalha do Mérito do Ministério Público do Acre no grau de Grão Colar.

Em seu discurso, Kátia Rejane deu as boas-vindas aos profissionais do Ministério Público de outros estados, ressaltando o Acre como estado que orgulha os acreanos e que é hospitaleiro com todos.

"Temos um estado e um povo aguerridos, de lutas e conquistas históricas, a nossa casa. E temos orgulho de que ele seja também a casa de vocês, neste momento tão especial para o Ministério Público, em que estamos criando a Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Estado do Acre", disse Kátia Rejane, que também ocupa o posto da vice-presidência para a Região Norte no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

A procuradora-geral lembrou que, neste ano, o Acre saiu do vergonhoso quinto lugar entre os estados de maior ocorrência na pandemia de crimes de feminicídios, termo usado para configurar assassinato de mulheres, sendo ainda motivo de muita preocupação e razão da criação de mecanismos como a própria ouvidoria.

Ainda, o governador Gladson Cameli lembrou que, com o apoio do MPAC, o governo do Estado conseguiu reduzir em 77,8% o índice de feminicídios no Acre, de janeiro a junho deste ano, se comparado com o mesmo período de 2020. No ano passado, foram registrados oito feminicídios ante dois em 2021.

Membros do Ministério Público e autoridades do Judiciário, do Executivo e do Legislativo no encontro do Ministério Público da Região Norte. Foto: Marcos Vicentti/Secom

Os dados estão de acordo com o Observatório de Análise Criminal, do parquet (MP) acreano, e demonstram o esforço conjunto entre as forças de segurança e ações integradas de instituições aliadas ao Poder Executivo, ao Judiciário e ao próprio Ministério Público, segundo Cameli.

Confira a programação do Encontro nesta quinta

– Reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNPGMP), ocasião em que serão debatidas questões de interesse do Ministério Público.

– Lançamento, pelo MPAC do Feminicidrômetro, do Infográfico sobre feminicídios no estado e do Observatório de Violência de Gênero.

O Feminicidrômetro é uma ferramenta digital que, além de informações sobre a atuação do MPAC, estudos e publicações, dará transparência à população a respeito do percurso do processo penal em todas as suas fases, seguindo uma linha do tempo, desde a data da ocorrência do fato, a instauração e conclusão dos inquéritos, passando pelo oferecimento da denúncia pelo MP, até a data do julgamento, com informação da respectiva sentença e da pena ao acusado.

O Observatório de Violência de Gênero é uma sala de estudos com metodologia própria, à luz do manual de atuação das promotoras e promotores de Justiça em casos de feminicídios. O produto inicial apresentado será a publicação "Feminicídios no Acre: uma realidade a ser enfrentada", que traz dados e informações sobre feminicídios ocorridos no estado no período de 2018-2020.

Sejusp conhece tecnologias de bloqueio de sinal de celular e de drones

O secretário de Justiça e Segurança Pública do Acre (Sejusp/AC), Paulo Cézar Rocha dos Santos, esteve no Paraná na quarta-feira, 1º, para conhecer as tecnologias de bloqueio de sinal de celular e de drones utilizadas no Complexo Penitenciário de Piraquara, município da Grande Curitiba.

Na oportunidade, o titular da Sejusp/AC foi recebido pelo secretário de Justiça e Segurança Pública do Paraná, coronel Rômulo Marinho, e pelo diretor do Instituto Penitenciário do Paraná, delegado Francisco Caricati, que apresentaram os fluxos e rotinas adotadas no Centro de Internação Social (CIS) da unidade feminina do complexo.

O inovador sistema de bloqueio adotado naquela unidade prisional apresenta recursos tecnológicos superiores aos instalados atualmente nos presídios em geral, pois agregam no mesmo dispositivo a possibilidade de bloqueio do sinal de celular e de drones, provocando a queda desses equipamentos.

"Uma das diferenças do sistema está na possibilidade de limitar o alcance de bloqueio apenas ao ambiente de custódia, não interferindo na radiocomunicação policial, bem como no sinal de celular nas proximidades do ambiente prisional", explica o secretário Paulo César.

Outro importante recurso do mecanismo de segurança é a possibilidade de que sua operação possa ser efetuada pela própria equipe da administração do sistema prisional, não carecendo da intervenção de representantes da empresa fabricante.

O mais importante está no custo-benefício dessa solução, que possibilitará ao Acre ainda este ano agregar, ao atual sistema de interceptação instalado nas unidades prisionais acreanas, a modalidade de bloqueio de drones, sem custo adicional em relação ao contrato atualmente adotado", destaca o secretário.

Na visita ao CIS, o gestor da Sejusp/AC também pôde observar práticas ressocializadoras adotadas no Paraná, um dos estados que se destacam nessas ações, ao ancorar, no cotidiano dos apenados, atividades relativas a estudo, trabalhos, dinâmicas religiosas e sociais, e a reaproximação familiar.

Ao fim da agenda ficou acordado que uma equipe do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen/AC) estagiará no CIS de Piraquara em outubro, a fim de replicar as experiências promovidas naquele espaço em unidades prisionais acreanas.

Cerca de 40 estudantes receberam diplomas do Ieptec

Em Capixaba, estudantes são certificados em cursos profissionalizantes

O governo do Acre, por meio do Instituto de Educação e Tecnológica (Ieptec) Dom Moacyr, certificou educandos do Centro de Educação Profissional Campus Pereira e da Escola Técnica em Saúde (Etsus/AC) Maria Moreira da Rocha, em Capixaba.

Cerca de 40 estudantes participaram o ato de outorga e receberam os seus diplomas de conclusão do curso, em uma solenidade realizada na quarta-feira, 1º, na unidade escolar para estudos técnicos do município.

"Ficamos muito satisfeitos com os resultados obtidos por esses alunos, pois cada certificado representa uma vida transformada. Seguimos a orientação do nosso governador Gladson Cameli, para continuar melhorando os números de oportunidades para os acreanos", destaca o diretor-presidente do Ieptec, Francineudo Costa.

Na oportunidade, foram certificados os estudantes dos cursos Técnico em Informática para Internet; Técnico em Manutenção e Suporte em Internet; Técnico em Reabilitação de Dependência Química; e Agentes de Combate às Endemias.

Maria Eduarda Santos, que concluiu o curso de Técnico em Informática, falou sobre a alegria de receber o seu diploma. "Fiquei muito feliz em ter essa nova qualificação e estar mais preparada para o mercado de trabalho", disse.

Também participaram da solenidade de certificação dos educandos o vice-prefeito de Capixaba, Richard Lima; os vereadores Felipe Pacheco e Amilton Costa; e o chefe do Departamento de Gestão do Centro Campus Pereira, Abner Torres.

Educação apresenta propostas de emendas ao Orçamento de 2022

Três propostas foram apresentadas à senadora Mailza Gomes

Na tarde desta quinta-feira, 2, a secretária de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE), Socorro Neri, recebeu a senadora Mailza Gomes para tratar de emendas já alocadas e também apresentar propostas de emendas ao Orçamento de 2022.

Três propostas de emenda foram apresentadas à senadora. Uma sobre a digitalização da TV Aldeia, a segunda sobre recursos para montagem de laboratórios na Escola Cerb, no centro de Rio Branco, que será transformada em uma escola vocacionada tecnológica, e a terceira, para ampliação e reforma da Escola Jean Pierre Mingans, em Acrelândia, que será uma escola vocacionada agrícola.

Além das propostas de emenda, também foram apresentados os resultados das emendas já apresentadas pela senadora. Uma é da escola na comunidade rural Baixa Verde, que está aguardando análise para entrar em processo de licitação.

Outra emenda já alocada pela senadora é para a comunidade do Alto Pentecostes, em Mâncio Lima, para a construção de uma escola. Tanto uma quanto a outra tem recursos de fonte 200 (convênios), como fonte 100 (recursos do próprio governo do Estado).

Além disso, recursos de emendas da senadora também já foram garantidos para a aquisição de instrumentos musicais, no valor de R$ 200 mil e ainda mais 300 mil para a realização da Copa Cristã.

Outros recursos já garantidos para a Educação são para a revitalização do Instituto Santa Juliana, em Sena Madureira, que aguarda somente o desmembramento do terreno no cartório, o que está sendo providenciado, além da aquisição de dois ônibus, um para Acrelândia e outro para Plácido de Castro.

Para a secretária Socorro Neri, a senadora Mailza Gomes tem sido uma parceira importante da Educação: "Ela tem alocado emendas para projetos importantes da política educacional do nosso estado e aproveitamos, ainda, para apresentar três propostas para o ano que vem".

A senadora Mailza Gomes também se colocou à disposição da educação para a liberação de recursos. "Quero me colocar à disposição para contribuir mais com a educação e com as políticas que a secretaria está organizada para desenvolver em nosso estado", frisou.

Acre recebe mais 1,2 mil doses de vacina contra a Covid-19 nesta quinta

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Saúde (Sesacre), recebeu do Ministério da Saúde (MS) nesta quinta-feira, 2, novos lotes de vacina contra a Covid-19, sendo 1.250 doses da Fiocruz/AstraZeneca para dar continuidade ao processo de imunização dos acreanos.

Esta é a 46ª pauta de distribuição de vacina contra a Covid-19 enviadas ao Acre, com destinação para segunda dose. Ao todo, o Acre já recebeu 913.010 mil doses dos imunizantes utilizados pelo Ministério da Saúde e que fazem parte do Plano Nacional de Imunização.

Após a chegada dos imunizantes, o governo do Estado se torna responsável pela distribuição imediata aos 22 municípios, que executam o cronograma de vacinação. A logística de entrega desenvolve-se com o auxílio das demais instituições, como a Segurança Pública, para que os imunizantes cheguem de forma célere e segura às localidades mais isoladas.

Ainda, o governo do Acre, por meio das equipes de imunização do Estado, está desenvolvendo nos municípios a ação intitulada Caravana da Vacinação, que tem como objetivo auxiliar as secretarias municipais de Saúde a atingir maior número de cidadãos. Além disso, a vacina contra a Covid-19 também é aplicada em ações do programa Saúde Itinerante, para que o quanto antes seja alcançada a imunidade de rebanho.

Governo do Acre retoma mutirões de cirurgia em Cruzeiro do Sul e Sena

Equipes da Sesacre conseguiram reativar centros cirúrgicos

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde (Sesacre), retoma, nos próximos dias, os mutirões de cirurgias nos municípios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Em Cruzeiro do Sul serão realizadas 16 cirurgias ginecológicas nos dias 4 e 7 de setembro, em procedimentos como histerectomia, miomectomia, curetagem e outros.

É a primeira vez em dez anos que as cirurgias eletivas retornam a Cruzeiro do Sul. As equipes da Sesacre realizaram um grande esforço operacional e conseguiram reativar os centros cirúrgicos do Estado, colocando novos equipamentos, o que possibilitará essa gama de cirurgias sem a necessidade de usar o Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Já para os pacientes de Sena Madureira, o mutirão de 43 cirurgias gerais será realizado nos dias 5 e 7 de setembro, na Fundação Hospitalar localizada na capital. O ambulatório do risco cirúrgico será realizado ainda no sábado, 2, em Sena Madureira mesmo.

Mulher é condenada a 25 anos de reclusão por homicídio qualificado

O Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar da Comarca de Rio Branco condenou nesta quinta-feira, 02, uma mulher a uma pena de 25 anos de reclusão em regime inicialmente fechado pelo crime de homicídio qualificado (motivo torpe e dissimulação).

A sentença, que ainda aguarda publicação no Diário da Justiça eletrônico (DJe), foi emitida pelo juiz de Direito Alesson Braz, após os jurados do Conselho de Sentença da unidade judiciária considerarem a ré culpada pela prática delitiva.

Entenda o caso

De acordo com a denúncia do Ministério Público do Acre (MPAC), o crime teria contado com a participação do namorado da acusada e de um terceiro indivíduo ainda não identificado.

O trio teria matado um rapaz a tiros no contexto de disputa entre facções rivais, segundo a representação criminal. O MPAC sustentou a incidência, no caso, das qualificadoras de motivo torpe e dissimulação.

A denúncia foi aceita pelo magistrado titular da unidade judiciária, que considerou terem sido preenchidos os requisitos mínimos exigidos em lei, para a apreciação do caso por Júri popular (a chamada decisão de pronúncia).

Vereditos de culpa

Devido ao desmembramento do processo, o namorado da ré já havia sido julgado e sentenciado. Na ocasião, a pena do denunciado foi fixada em 28 anos de prisão, somente pelo homicídio da vítima (réu respondeu por outros crimes no julgamento).

Por maioria, os jurados do Conselho de Sentença entenderam que a representada também é culpada pela morte da vítima. O Júri Popular entendeu ainda que restaram devidamente comprovadas as qualificadoras apontadas na denúncia do MPAC.

A sanção restritiva de liberdade da acusada foi definida em 25 anos de reclusão, em regime inicial fechado. (Márcio Bleiner/Comunicação TJAC)

Moradores do ramal igarapé da Onça serão beneficiados

Governo regulariza abastecimento em ramal

Jandesson dos Santos Silva é morador do Ramal Igarapé da Onça, localizado na BR-307, zona rural de Cruzeiro do Sul. Ele conta que há anos as famílias que residem no local sofriam com o problema de distribuição e escassez de água. Mas, na tarde desta quinta-feira, 2, ele assistiu, satisfeito, à ação do governo do Acre, que, por meio do Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa), solucionou o problema. No reservatório de água, foi feita a substituição do registro de gaveta antigo por outro novo, que facilitará os futuros serviços de manutenção.

Silva afirma que a partir de agora as 100 famílias que habitam o ramal viverão de forma mais digna. "Há mais de 70 anos, quem mora aqui convive com esse problema. Inúmeros foram os registros de pessoas que andavam cerca de quatro quilômetros para ter acesso à água e poder encher seus baldes e reservatórios. Agora, tudo ficará mais fácil, pois a água sairá do poço direto para as residências dos moradores. Por isso, agradecemos ao governador Gladson Cameli, que atendeu ao nosso pedido poucos dias após ouvir a nossa reivindicação. Queremos dizer ao senhor, governador, que conte conosco; sua gestão tem o nosso carinho, apoio e a nossa admiração", disse.

O coordenador-geral do Depasa em Cruzeiro do Sul, José Braz Pedrosa, afirma que o restabelecimento do sistema de abastecimento de água é parte das determinações de Cameli e destaca o desejo do governador em levar ajuda aos acreanos que mais precisam.

"O governador determina que as ações do seu governo cheguem aos que mais precisam. Por isso, estamos aqui, trazendo água potável aos moradores desta região, fazendo o possível para melhorar a vida de quem reside em áreas isoladas do estado", salientou.

O coordenador lembra que a ação faz parte do Programa Água para Todos, que tem a meta de beneficiar, por meio da perfuração de poços artesianos e com manutenções de redes de abastecimento, cerca de 120 mil juruaenses com água potável.

Entidades de caminhoneiros repudiam ato bolsonarista de 7 de Setembro

Grupos dizem que motoristas que participarem irão de modo autônomo porque pauta não representa categoria

A categoria de caminhoneiros está dividida em relação à adesão aos protestos bolsonaristas de 7 de Setembro. Uma tendência, entretanto, já é possível identificar diante da postura de lideranças: motoristas que protestarem irão de forma independente, sem apoio formal de entidades.

A Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores), comandada por Wallace Landim, o Chorão, um dos protagonistas da greve geral de 2018, considera o movimento desvinculado da pauta caminhoneira.

"É totalmente político, é do Sérgio Reis, da Aprosoja, também do movimento intervencionista, mas a gente não participa de pauta política. Já tentaram nos usar em atos Fora Temer ou para intervenção militar... Quem se sentir prejudicado pode ir, mas como civil, essa é nossa orientação", afirma Chorão.

Carlos Alberto Litti Dahmer, diretor da CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), de Ijuí (RS), diz que o ato é antidemocrático, e que há muito envolvimento empresarial nas convocações.

"Há outras formas de resolver os problemas em vez de um movimento extremado, de alguém se julgar todo poderoso para fechar o Congresso, destituir ministros."

Segundo Damer, a maior parte dos caminhoneiros autônomos não participará das manifestações. Por outro lado, ele diz que o ato pode ganhar força devido à participação de empresas do agronegócio e de logística. "Pode ter barulho, pois há poder econômico envolvido."

O CNTRC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas), que convocou uma paralisação em julho, diz que também não está mobilizado. O maior ponto de apoio, segundo motoristas ouvidos pela Folha, está em Mato Grosso, onde a atuação do agronegócio é forte.

O enfrentamento do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao STF (Supremo Tribunal Federal) ganha apoio nesse grupo. Há três ações diretas de inconstitucionalidade propostas por ruralistas e por transportadoras que ainda não foram julgadas pela corte. Elas questionam a política nacional de piso mínimo, implementada por meio de lei durante o governo Michel Temer (MDB).

Apesar da alta no combustível, da possibilidade de derrota com essas ações no STF e da falta de fiscalização sobre o preço do frete —três pautas importantes para os caminhoneiros—, muitos pretendem ir às ruas para prestar apoio ao presidente.

Essa ala critica o fechamento do comércio por governadores durante a crise de Covid e mantém a identificação ideológica com o governo Bolsonaro.

"O caminhoneiro é um sujeito de essência conservadora, de esquerda ou não. Reina o conservadorismo na linha caminhoneira autônoma. Isso vem de antes de Bolsonaro. E é um cara que não vota, ele pode criticar A e B porque ele não vota, ele está em trânsito", diz Joelmis Correia, do Movimento GBN (Galera da Boleia da Normatização Pró-Caminhoneiro).

Em grupos da categoria, um áudio de uma caminhoneira do Espírito Santo é bastante difundido. Ela orienta que motoristas do Brasil todo parem às 5h do dia 7 e deixem transitar apenas carros de passeio, ônibus e cargas perecíveis.

Já a partir das 7h do dia 10 de setembro, afirma que será permitido passar ambulância e carro de polícia. Ela não se identifica no áudio, mas diz que a orientação vem de lideranças de direita no estado.

O tom é alarmista: ela pede que as pessoas façam estoques em casa e que resolvam questões por redes sociais rapidamente, já que haveria risco de problemas no WhatsApp dias antes da manifestação —o que se trata de uma teoria da conspiração.

Em outro áudio, um caminhoneiro afirma que é hora de ir para cima já que, por enquanto, o Exército está do lado da direita.

O caminhoneiro Márcio Feijó, de Pelotas (RS), é um dos que irá participar do ato. Segundo ele, a manifestação é de todos os segmentos e os caminhoneiros serão um braço forte para seu sucesso. Feijó afirma que os atos devem começar em sua região às 7h30, com a participação de tratores de empresários do agronegócio engajados na ação.

Motociclistas e motoristas de aplicativo também devem participar. A partir do dia 8 de setembro, a ideia é que caminhoneiros que estiverem na estrada sejam chamados para aderir à paralisação, conta Feijó.

Segundo ele, não é possível falar em liderança única para os caminhoneiros. "Hoje, a bem da verdade, qualquer pessoa que faz um vídeo bem colocado representa uma liderança."

Para ele, a lei sobre o piso mínimo de frete não é prioridade. Em sua avaliação, a aplicação pode beneficiar mais transportadoras do que motoristas autônomos.

Bolsonaro veta suspensão de prova de vida do INSS até 31 de dezembro

O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quinta-feira (2) dispositivo aprovado pelo Congresso para suspender a exigência de prova de vida para os beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) até 31 de dezembro deste ano devido à pandemia.

A medida fazia parte de um projeto agora sancionado parcialmente pelo presidente. O trecho que recebeu aval de Bolsonaro, por outro lado, aprimora os mecanismos para facilitar essa comprovação de vida.

Anualmente, a prova deve ser feita nos bancos onde o segurado recebe o pagamento ou nas agências do INSS. Esse procedimento estava suspenso desde março do ano passado, mas voltou a ser exigido em junho deste ano.

Em nota divulgada nesta quinta, o Palácio do Planalto ressaltou que o texto traz medidas alternativas para a realização da prova de vida e, por esse motivo, foi feita a opção de vetar a suspensão total desses procedimentos até o fim do ano. Com isso, a prova segue obrigatória.

"Visando a adequação ao interesse público, o presidente da República, após a manifestação técnica dos ministérios competentes, decidiu vetar a suspensão até 31 de dezembro de 2021 da exigência de comprovação de vida dos beneficiários perante o INSS, já que a nova lei oferece alternativas para a comprovação de vida pelos segurados", disse.

Pelas regras sancionadas do projeto, todos os bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados e dar preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção. A intenção é evitar demoras e exposição dos idosos a aglomerações.

O texto também autoriza que a prova de vida seja realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no INSS. A primeira via da procuração não será cobrada.

Além disso, o projeto determina que as ligações telefônicas realizadas de telefone fixo ou móvel que visem à solicitação dos serviços deverão ser gratuitas e serão consideradas de utilidade pública.

Câncer ligado ao HPV está em alta entre homens nos EUA; entenda a importância da vacina

Em 2014, Jason Mendelsohn estava se preparando para o pior. Ele gravou vídeos para os filhos, despediu-se e lembrou-os do que era importante na vida. Tinha 44 anos e fora diagnosticado com câncer de amígdala em estágio 4, causado por uma infecção por papilomavírus humano (HPV) - possivelmente ocorrida décadas antes.

Um dia, Mendelsohn encontrou um caroço no pescoço, sem apresentar sintomas anteriores. Os médicos removeram suas amígdalas e 42 nódulos linfáticos. Em seguida, ele passou por sete semanas de quimioterapia e radiação, sendo alimentado por um tubo. "Eu nunca tinha ouvido falar de câncer na língua, garganta e amígdalas, nem conhecia ninguém que tivesse sido diagnosticado com isso", diz Mendelsohn.

Seus médicos disseram que ele provavelmente contraiu HPV durante sexo oral. Eles disseram que a infecção por HPV poderia ter ocorrido há 20 anos, quando Mendelsohn estava na universidade. "O câncer causado pelo HPV pode levar anos para se desenvolver. Eu nunca pensei e acho que ninguém que eu conheço jamais pensou que o sexo oral um dia lhes causaria câncer", diz Mendelsohn.

O HPV está mais frequentemente associado ao câncer de colo de útero. É o quarto tipo de câncer mais comum entre as mulheres. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que câncer de colo de útero causou 311 mil mortes em 2018, e 90% delas ocorreram em países de baixa e média renda.

O HPV pode levar ao câncer de vulva, vagina, pênis, ânus, cabeça e pescoço (uma região conhecida como orofaringe), parte posterior da garganta e base da língua e amígdalas e pode afetar homens.

Embora esses tipos de câncer possam afetar todos os sexos, o câncer orofaríngeo e anal estão em alta entre os homens. Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos sugerem que cerca de 70% dos cânceres de orofaringe nos EUA estão relacionados ao HPV.

Cerca de 3.500 novos casos de câncer de cabeça e pescoço relacionados ao HPV são diagnosticados em mulheres e cerca de 16.200 em homens a cada ano nos Estados Unidos. Isso representa quatro vezes mais casos em homens.

O HPV é transmitido através do contato pele a pele e da atividade sexual, incluindo sexo vaginal, anal e oral. Cerca de 80% dos adultos sexualmente ativos tiveram uma infecção por HPV em algum momento de suas vidas, mas o CDC diz que a maioria das pessoas não sabe disso.

Muitas cepas de HPV nem mesmo são prejudiciais aos humanos, e em 90% das vezes o corpo simplesmente elimina a infecção em dois anos.

Mas se isso não acontecer -e o HPV permanecer no corpo- é possível que células infectadas se tornem cancerosas.

Um estudo do Reino Unido de 2018 descobriu que 64% dos pais que tinham filhas e filhos tinham ouvido falar do HPV. Mas entre os pais que só tinham meninos, 36% já ouviram falar do HPV.

No geral, 55% dos pais já ouviram falar do HPV. Destes, a maioria sabia que causa câncer de colo de útero em mulheres, mas menos da metade sabia que o HPV causa câncer de garganta e anal, e apenas um terço sabia que causa câncer no pênis. Muito poucos entrevistados mencionaram o sexo oral ou anal como formas de contrair HPV.

Mas assim que descobriram mais sobre o HPV, quase todos os participantes do estudo disseram que seus filhos deveriam tomar a vacina.

Bolsonaro protege militares e apoiadores, veta crime por fake news, mas revoga Lei de Segurança Nacional

Presidente veta punição por fake news e aumento de pena a crime contra Estado de Direito cometidos por militares

O presidente Jair Bolsonaro vetou parcialmente o projeto aprovado no Congresso que trata dos crimes contra o Estado democrático de Direito que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN) —um resquício da ditadura militar (1964-1985).

A decisão inclui veto a cinco trechos. Ao menos dois deles podem beneficiar parcela de apoiadores do chefe do Executivo —comunicação enganosa em massa e o aumento de pena quando os crimes contra o Estado de Direito forem cometidos por militares ou outros agentes públicos.

Os vetos ocorrem a menos de uma semana das manifestações de 7 de Setembro, marcadas em apoio ao presidente e que têm gerado apreensão em críticos devido aos motes golpistas que devem pautar o ato.

Bolsonaro recuou do veto ao artigo 4º, que revogava a Lei de Segurança Nacional. Como a Folha mostrou, auxiliares militares o pressionavam neste sentido. Eles argumentavam que a derrubada da LSN atentaria contra a soberania nacional.

O texto foi enviado pelo Senado à sanção presidencial no dia 12 de agosto. A discussão da matéria pelo Congresso ocorreu em meio à escalada de declarações golpistas de Bolsonaro, que chegou a colocar em dúvida a realização de eleições em 2022.

Caberá agora ao Congresso manter ou derrubar os vetos presidenciais —não há prazo para essa análise.

O crime de comunicação enganosa em massa —espalhar ou promover fake news que possam comprometer o processo eleitoral —foi vetado por Bolsonaro, como a Folha havia antecipado na última terça-feira (31).

O argumento do Palácio do Planalto é que a proposta não deixa claro se a conduta criminosa seria de quem gerou ou compartilhou as informações falsas. Ele aponta também a insegurança jurídica na definição sobre o que é comprendido como inverídico ou não.

De acordo com o veto, "o ambiente digital é favorável à propagação de informações verdadeiras ou falsas". O Congresso havia aprovado pena de um ano a cinco meses de reclusão, mais multa, a quem cometer o crime de comunicação enganosa em massa.

"[A proposição legislativa] enseja dúvida se haveria um 'tribunal da verdade' para definir o que viria a ser entendido por inverídico a ponto de constituir um crime punível", afirma o texto do veto.

"A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de Direito, o que enfraquece."

Aliados de Bolsonaro avaliaram que o trecho do projeto poderia ser utilizado contra o próprio presidente, um dos alvos do inquérito das fake news no STF (Supremo Tribuna Federal) por seguidas declarações mentirosas sobre as eleições do país.

Outro veto de Bolsonaro foi ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação.

O argumento do chefe do Executivo é a dificuldade de caracterizar o que é manifestação pacífica, "o que geraria grave insegurança jurídica para os agentes públicos das forças de segurança responsáveis pela manutenção da ordem".

O presidente vetou ainda o aumento de pena quando os crimes contra o Estado de Direito forem cometidos por militares e outros agentes públicos.

"Viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores", diz o veto.

Durante a tramitação do projeto, senadores governistas, incluindo Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), pressionaram para a exclusão de dois itens em especial: o que prevê aumento de pena quando os crimes forem cometidos por militares e o que criminaliza o atentado a manifestações.

Aprovada em 1983, a LSN era vista por muitos como um entulho autoritário. Se o presidente insistisse em mantê-la, enfrentaria desgaste no Congresso e no STF.

Os parlamentares trabalharam nos últimos meses num texto para substituir a norma que vinha sendo usada tanto contra críticos do presidente quanto em investigações que miram bolsonaristas em ataques ao STF e ao Congresso, como os inquéritos dos atos antidemocráticos e das fake news.

Em março deste ano, entidades acionaram o STF alegando a inconstitucionalidade da LSN. Ela foi utilizada contra figuras críticas do presidente, como o youtuber Felipe Neto. Também foi usada contra o deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ).

Diante da sinalização do Congresso de rever a lei, as ações estacionaram no Supremo. O relator no tribunal é o ministro Gilmar Mendes.

A Lei de Segurança Nacional também foi usada pelo Ministério da Justiça sob o comando de André Mendonça para processar jornalistas críticos ao presidente. Dentre eles, dois colunistas da Folha, Hélio Schwartsman e Ruy Castro. Ricardo Noblat, da revista Veja, foi alvo de dois pedidos de abertura de inquérito.

Posteriormente, Mendonça foi indicado por Bolsonaro para uma vaga no STF. Seu nome enfrenta resistência no Senado devido aos ataques do presidente contra os outros Poderes. A sabatina ainda não foi agendada.

Relatora muda projeto para anistiar burla a cota nas eleições e antecipar campanha na internet

A nova versão do relatório do código eleitoral em análise pela Câmara anistia partidos que não cumpriram a cota mínima para mulheres ou negros e também autoriza impulsionamento para divulgação de anúncio de pré-candidaturas no ano eleitoral, em vez de apenas nos 45 dias que antecedem o pleito.

O projeto, relatado pela deputada Margarete Coelho (PP-PI), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende revogar toda a legislação eleitoral e estabelecer um único código eleitoral.

Os deputados discutiram o texto nesta quinta-feira (2) no plenário da Câmara. A votação foi marcada para a próxima quarta-feira (8). Até lá, líderes partidários devem tentar alterar o projeto de lei complementar.

O novo relatório diz que não serão aplicadas sanções de qualquer natureza, "inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário", aos partidos que não preencheram a cota mínima de sexo ou de raça. A mesma anistia vale para os que não destinaram os valores mínimos do fundo partidário ou do fundo especial de financiamento de campanha para essas finalidades em eleições realizadas antes da promulgação da lei.

O dispositivo já foi aprovado numa PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em julho pelo Senado e que está pendente de apreciação pelos deputados. Levantamento feito pela Folha em 2020 mostrou que os partidos descumpriram a regra de repasse de verba eleitoral para negros e mulheres.

Apesar de pretos e pardos somarem 50% do total de candidatos, eles foram destinatários de cerca de 40% da verba dos fundos Eleitoral e Partidário. Os autodeclarados brancos reúniam 60% do dinheiro, apesar de representarem 48% dos candidatos.

O novo parecer também permite o impulsionamento para divulgação de anúncio de pré-candidatura, pago apenas por pré-candidato ou por seu partido político, a partir do início do ano eleitoral. O valor é limitado a 10% do teto para gastos do cargo pretendido e deve ser considerado no limite de despesas do cargo, após o registro de candidatura.

Hoje, campanha explícita só pode acontecer no período eleitoral, que tem início nos 45 dias que antecedem o pleito.

O projeto proíbe também a propaganda eleitoral, ainda que gratuita, em canais digitais de influenciadores que os utilizem de forma profissional. Além disso, veda a compra de palavras-chaves nos mecanismos de busca de internet que possam ajudar no reconhecimento e identificação de eventuais candidaturas adversárias, como nome, apelido, número de urna, partido ou coligação.

Outra mudança estabelece que o tratamento de dados pessoais para fins de segmentação no envio de propaganda política que atente contra os princípios da lei geral de proteção de dados pessoais configura ilícito eleitoral. A punição é multa aplicada ao responsável e ao seu beneficiário, quando comprovado que ele tinha conhecimento prévio.

Segundo o novo parecer, há ainda afrouxamento das regras de uso do fundão eleitoral, a maior fonte de recurso das campanhas.

Pelo texto, o dinheiro que não for usado nas campanhas pelos candidatos deverá ser devolvido ao diretório nacional do partido político, e não ao Tesouro Nacional, como prevê a lei atual. A legenda poderá, então, redistribuir a verba para outros candidatos até a véspera da data de entrega da prestação de contas.

O texto novo exclui também uma seção inteira que era dedicada à Advocacia Eleitoral e à Defensoria Pública Eleitoral, que teria legitimidade para propor, no juízo competente, as ações individuais ou coletivas destinadas a proteger o interesse das pessoas necessitadas e vulneráveis durante o processo eleitoral.

O projeto de reforma do código eleitoral é uma das bandeiras do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Entre vários outros pontos, prevê quarentena de cinco anos para militares e juízes, traz restrições às pesquisas eleitorais e esvazia regras de fiscalização e punição a candidatos e partidos que façam mau uso das verbas públicas.

Além disso, dá amplo poder aos partidos para usar como bem entenderem as verbas do fundo partidário, que distribui a cada ano cerca de R$ 1 bilhão às legendas. Não raro, siglas têm usado essas verbas para gastos de luxo, na aquisição de carros e aeronaves, e em alguns dos restaurantes mais caros do país.

Ao mesmo tempo, esvazia significativamente o poder de análise da Justiça Eleitoral das contas de partidos, ao delimitar a apuração das prestações de contas entregues anualmente pelas legendas.

Prefeito Tião Bocalom afasta secretário municipal de Saúde

Após pressão do Ministério Público o prefeito Tião Bocalom afasta secretário até fim de investigações

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 117 /2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando a Recomendação Ministerial nº 001/2021/2ª PPATRIM;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o afastamento, em caráter temporário, do Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Francisco Silva Lima**, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das suas remunerações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, EM 02 DE SETEMBRO DE 2021.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

Cezar Negreiros

O prefeito Tião Bocalom (Progressistas) afastou ontem o secretário municipal de Saúde, Frank Lima por um prazo de 60 dias, sem prejuízo da sua remuneração, conforme a Portaria nº 117/2021. A medida foi extensiva à diretora de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa), Tatiana Mendes de Assis.

O promotor de justiça Daisson Gomes Teles, da 2ª Promotoria Especializada de Defesa do Patrimônio Público e Fiscalização das Fundações e Entidades de Interesse Social, tinha estipulado um prazo de três dias para que o prefeito afastasse ao menos temporariamente o gestor municipal, mais dois servidores públicos acusados de atrapalhar as investigações de assédio sexual, contra servidoras da pasta. Sete servidoras da Semsa acusaram o secretário, Frank Lima de assédio sexual. Uma das supostas vítimas chegou a procurar o Ministério Público Estadual (MPAC) para comunicar o ocorrido, mas o caso corre sob segredo de justiça.

Outra vítima encaminhou uma gravação de áudio para a vereadora Michele Melo (PDT), vice-presidente da Comissão em Defesa da Mulher da Câmara Municipal, em que detalhava as propostas indecentes do chefe da pasta. A vítima chegou a relatar insinuações e supostas promessas de promoção de cargo em troca de favores sexuais, o que motivou algumas colegas a pedirem as contas. Depois de tomar conhecimento dos relatos, a vereadora pedetista pediu o afastamento do secretário municipal de Saúde até a conclusão das investigações dos órgãos competentes.

No despacho, o representante do Ministério Público Estadual (MPAC) apontava que foram verificados fortes indícios de que "o secretário e mais dois servidores públicos municipais do Setor de Recursos Humanos estariam atuando para prejudicar os trabalhos da comissão processante, responsável pelo procedimento administrativo disciplinar que apurava a possível existência de atos de improbidade administrativa contra o gestor, consistentes no assédio moral/sexual praticado contra servidoras da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco".

Reitoria da Ufac sinaliza com retorno das aulas presenciais

Cezar Negreiros

Aulas presenciais serão apenas para disciplinas teórico-práticas

A pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Acre (Prograd) anuncia que o Estágio Curricular Supervisionado retomará as aulas presenciais no dia 20 de outubro, de alguns cursos das aulas de disciplinas práticas e do estágio supervisionado. A recomendação é de que os campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul possam adotar o ensino das aulas híbridas, mas a ideia enfrenta resistência da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (Adufac).

A comunidade acadêmica da universidade pública é estimada em torno de 12 mil estudantes matriculados nos mais de 40 cursos de licenciaturas e bacharelados, inclusive nas 20 pós-graduações destinadas aos mestrados e doutorados. "Sugerimos uma audiência presencial com a comunidade universitária para discutir o retorno das aulas presenciais, porque precisamos de mais recursos para adequação das salas e laboratórios, inclusive não temos nenhuma previsão de abrir o restaurante universitário", declarou o professor Moisés Lobão, secretário-geral da Adufac.

Aproximadamente 2.840 professores universitários já estão imunizados e a maioria dos estudantes universitários já tomou a primeira dose do imunizante anticovid, segundo os dados da coordenação estadual do Programa Nacional de Imunização (PNI).

"Somos favoráveis ao retorno das aulas, mas com segurança da comunidade universitária", ponderou o professor Lobão.

COMUNICADO - PROGRAD

Considerando o cenário epidemiológico atual, com relativo controle da pandemia e melhora dos indicadores do estado do Acre, COMUNICAMOS a todos os estudantes que no próximo semestre 2021.1 (20/10/2021 a 31/01/2022), alguns cursos poderão adotar além do ensino remoto, atividades de ensino híbridas, especificamente para as disciplinas teórico-práticas que necessitam do uso de laboratórios especializados para o desenvolvimento de atividades necessárias à formação de habilidades específicas. Também poderão ofertar, de acordo com o curso, disciplinas práticas (com prévia autorização da Pró-Reitoria de Graduação) e Estágio Curricular Supervisionado.

Recomendamos que entrem em contato com as coordenações de seus respectivos cursos, no período de 01 a 17 de setembro de 2021, para obter as informações acerca das disciplinas e formatos em que elas serão ofertadas, conforme aprovação do colegiado do curso, relativas ao seu período acadêmico.

Rio Branco – Acre, 30 de agosto de 2021.

Pró-Reitoria de Graduação